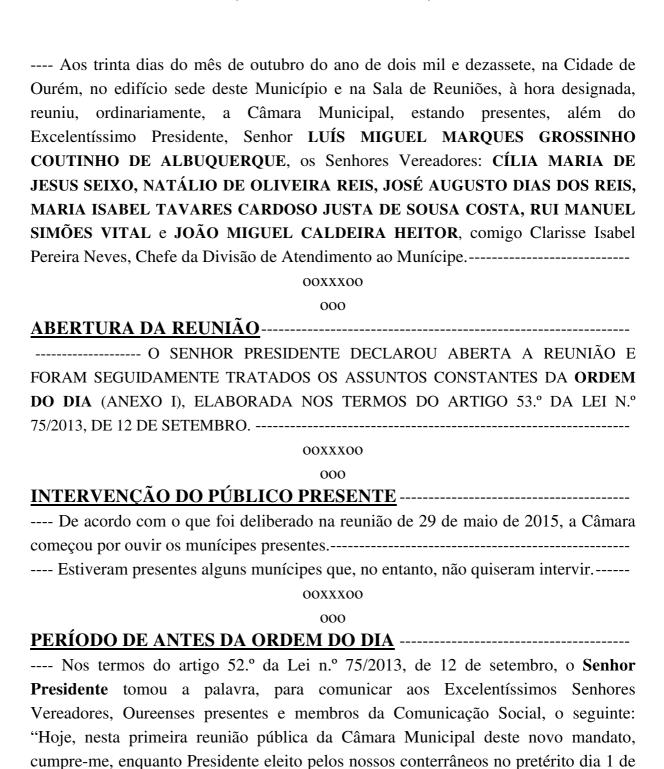
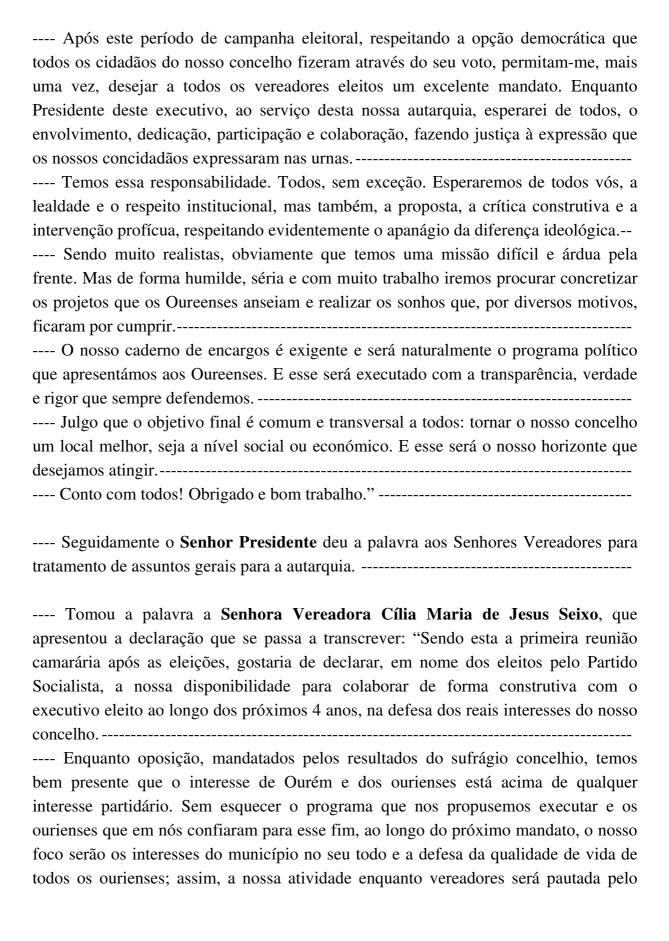


ATA N.º 27 (REUNIÃO PÚBLICA)

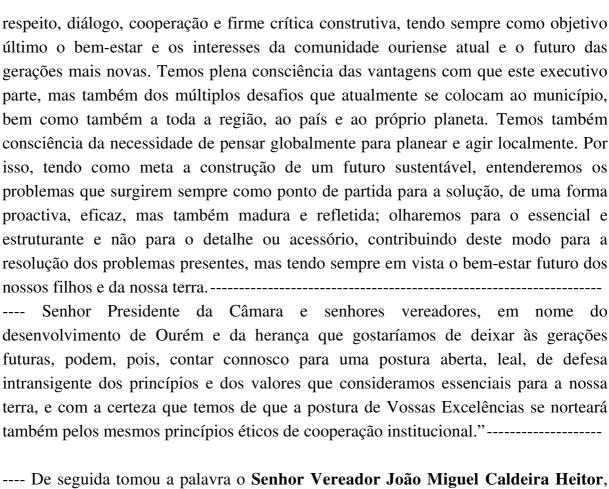


outubro e empossado nas funções no dia 23 de outubro, cumprimentar todos de forma calorosa e amiga.-----



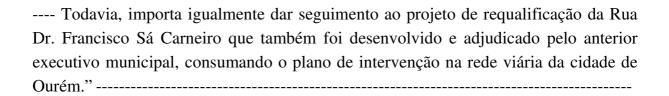






que apresentou o seguinte documento: "A requalificação da Av. D. Nuno Álvares Pereira que hoje se iniciou oficialmente foi um projeto desenvolvido pela anterior gestão municipal através de uma candidatura a fundos comunitários, através do PEDU. ---- Uma obra com um custo total de aproximadamente 2 milhões de euros, em que o Município de Ourem terá de suportar somente 300 mil euros. --------- A anterior gestão municipal do Partido Socialista soube aguardar pela abertura do Quadro Comunitário 2020, candidatar a obra e obter o financiamento, desenvolvendo uma política de gestão financeira rigorosa, aproveitando os fundos comunitários para obras estruturantes como esta, redirecionando-se o orçamento municipal para as inúmeras necessidades existentes em diversas freguesias. --------- Encontrando-se o Município de Ourém vinculado ao projeto em apreço aconselhamos que qualquer alteração a este seja devidamente ponderada, para não se pôr em causa o financiamento externo, face ao rigoroso controlo a que estamos sujeitos.--------- Esta é uma obra prometida e que se tornou realidade para os cidadãos do concelho de Ourém. A gestão municipal do Partido Socialista cumpriu com a sua promessa.----





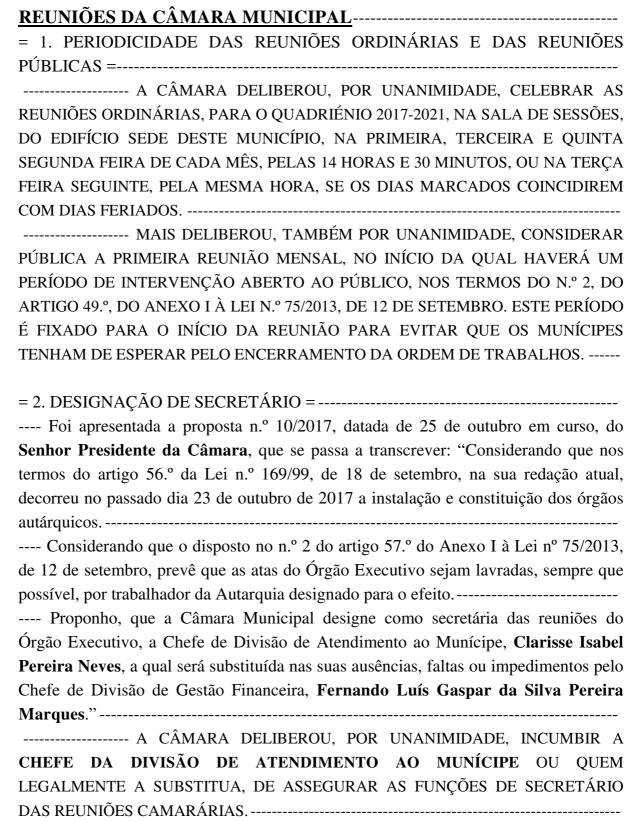
000

PAGAMENTOS -----

---- O Senhor Presidente informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 06 e 27 de outubro em curso, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.683.860,50€: 2650, 2919, 2997, 3102, 3104 a 3108, 3110 a 3217, 3218/1, 3218/2, 3218/3, 3218/4, 3218/5, 3218/6, 3218/7, 3218/8, 3219/1, 3219/2, 3220/1, 3220/2, 3220/3, 3220/4, 3220/5, 3220/6, 3220/7, 3221/1, 3221/2, 3221/3, 3221/4, 3221/5, 3221/6, 3221/7, 3221/8, 3222/1, 3222/2, 3222/3, 3222/4, 3222/5, 3222/6, 3222/7, 3222/8, 3223/1, 3223/2, 3223/3, 3223/4, 3223/5, 3223/6, 3223/7, 3224/1, 3224/2, 3224/3, 3224/4, 3224/5, 3224/6, 3225/1, 3225/2, 3225/3, 3225/4, 3225/5, 3225/6, 3225/7, 3226/1, 3226/2, 3226/3, 3226/4, 3226/5, 3226/6, 3226/7, 3226/8, 3227/1, 3227/2, 3227/3, 3227/4, 3227/5, 3228/1, 3228/2, 3228/3, 3228/4, 3229/1, 3229/2, 3229/3, 3229/4, 3229/5, 3230/1, 3230/2, 3230/3, 3230/4, 3231/1, 3231/2, 3231/3, 3231/4, 3231/5, 3231/6, 3232/1, 3232/2, 3232/3, 3232/4, 3232/5, 3232/6, 3232/7, 3232/8, 3233/1, 3233/2, 3233/3, 3233/4, 3233/5, 3234/1, 3235/1, 3236/1, 3236/2, 3236/3, 3237/1, 3237/2, 3237/3, 3238 e 3239. ------



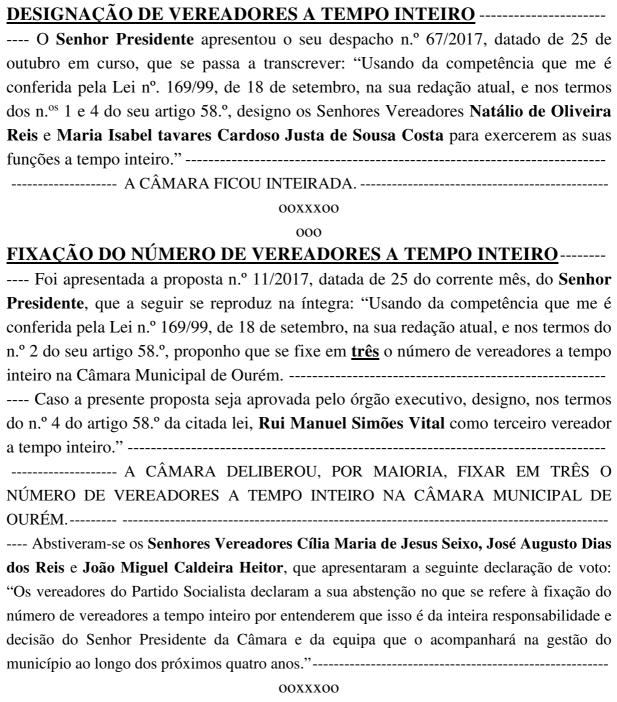
OOXXXOO





ooxxxoo

000



000

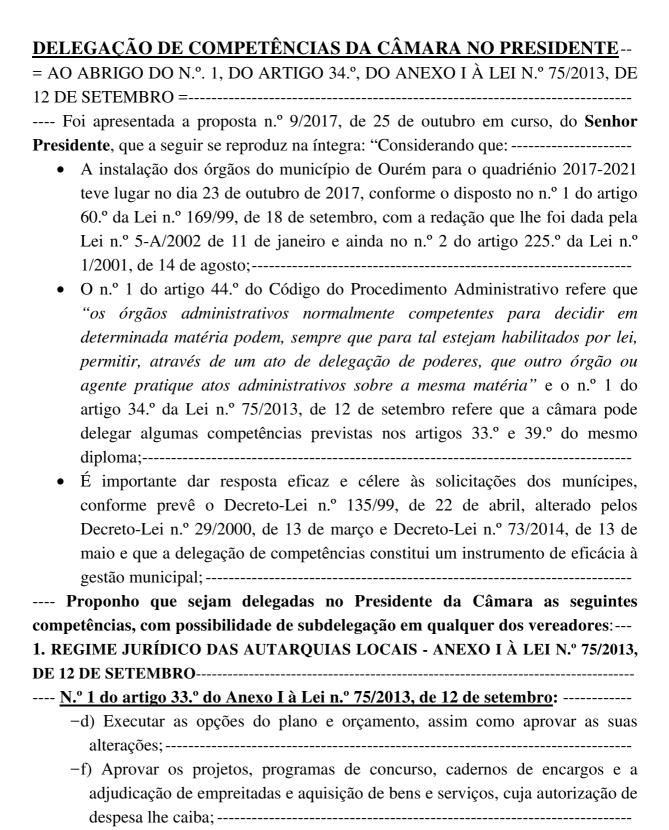
DESIGNAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ----

---- O **Senhor Presidente da Câmara** apresentou o seu despacho n.º 68/2017, datado de 25 de outubro corrente, que se passa a transcrever: "Nos termos do n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, designo para o cargo



de Vice-Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Vereador Natálio de Oliveira
Reis."
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
ooxxxoo
000
NOMEAÇÃO DO CHEFE DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA
O Senhor Presidente da Câmara apresentou o seu despacho n.º 69/2017, de 25
de outubro corrente, que a seguir se transcreve: "Usando da competência que me é
conferida pela alínea a), do n.º 1, do artigo 42.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,
na sua redação atual, designo para as funções de Chefe de Gabinete de Apoio à
Presidência, Filipe Manuel Marques Baptista, com efeitos a partir de 1 de novembro
de 2017."
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
ooxxxoo
000
NOMEAÇÃO DO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO À
PRESIDÊNCIA
O Senhor Presidente da Câmara apresentou o seu despacho n.º 70/2017, datado
de 25 do mês em curso, que a seguir se transcreve: "Usando da competência que me é
conferida pela alínea a), do n.º 1, do artigo 42.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,
na sua redação atual, designo para as funções de Adjunto, afeto ao Gabinete de Apoio
à Presidência, Luís Alexandre Serras de Sousa, com efeitos imediatos."
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
OOXXXOO
000
NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO DO GABINETE DE APOIO À
<u>VEREAÇÃO</u>
O Senhor Presidente da Câmara apresentou o seu despacho n.º 71/2017, datado
de 25 do corrente mês, que se passa a transcrever: "Usando da competência que me é
conferida pela alínea b), do n.º 2, do artigo 42.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,
na sua redação atual, designo para as funções de Secretário de Apoio à Vereação,
Pedro Miguel Marques Pereira, com efeitos imediatos."
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
ooxxxoo





-g) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;--h) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde



que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva
deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da
assembleia municipal em efetividade de funções;
-l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de
freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos
termos previstos na presente lei;
-q) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de
ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais
para a igualdade;
-r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em
parceria com entidades da administração central;
-t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, c
levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e
divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do
município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
-v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de
vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração
central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições
constantes de regulamento municipal;
-w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação
de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou
segurança das pessoas;
-x) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos.
nos casos legalmente previstos;
-y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção
reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como
relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou
tóxicos;
-bb) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;
-cc) Alienar bens móveis;
-dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
-ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de
circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos
físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob
administração municipal;

-ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de actividades e a realização de
eventos relacionados com a actividade económica de interesse municipal;
-gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
-ii) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
-jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
-kk) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os
jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas
instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam
conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que
após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e
manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
-ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
-mm) Designar os representantes do município nos conselhos locais;
-nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
-pp) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços
municipalizados;
-qq) Administrar o domínio público municipal;
-rr) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais
lugares públicos;
-ss) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das
povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;
-tt) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
-uu) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o
domínio público do município;
-ww) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;
-xx) Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos
impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços
municipalizados;
-yy) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
-zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra
natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;
-bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do
Estado;
Artigo 39.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:
-b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia
municipal;



-c) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros
2. REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO - DECRETO-LEI N.
555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, ALTERADO E REPUBLICADO PELO DECRETO
LEI N.º 136/2014, DE 9 DE SETEMBRO E PELA LEI N.º 79/2017, DE 18 DI
AGOSTO:
• Conceder licenças administrativas (n.º 2 do artigo 4.º e n.º 1 do artigo 5.º para:
•
- As operações de loteamento - alínea a) do n.º 2 do artigo 4;
- As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não obrancido por operação de leteramento en alívea h) n º 2 de artigo 4 º :
não abrangida por operação de loteamento – <i>alínea b) n.º 2 do artigo 4.º</i> ;
 As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor – alínea c) n.º 2 de
artigo 4.°;
 As obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição
de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como de imóvei
integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação,
as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior or
demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóvei
classificados ou em vias de classificação – alínea d) n.º 2 do artigo 4.º;
 As obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada
ou do número de pisos – alínea e) n.º 2 do artigo 4.º;
 As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas en
licença de obras de reconstrução – alínea f) n.º 2 do artigo 4.º;
• Aprovar informações prévias (n.º 4 do artigo 5.º);
• Autorizar o pagamento fracionado de taxas (artigo 116.º e n.º 2 do artigo
117.°)
3. REGIME JURÍDICO DE ACESSO E EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DI
COMÉRCIO SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO – DECRETO-LEI N.º 10/2015, DE 10
DE JANEIRO:
As competências previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º, n.ºs 2, 3 e 6 do artigo 8.º
n.ºs 1 e 3 do artigo 9.º(Procedimento de autorização), artigo 41.º, artigo 44.º
(Vistorias) n.º 2 do artigo 81.º (Venda Ambulante) e n.º 1 do 146.º (Fiscalização)
4. REGIME JURÍDICO DO LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO PELAS
CÂMARAS MUNICIPAIS DE ATIVIDADES DIVERSAS:

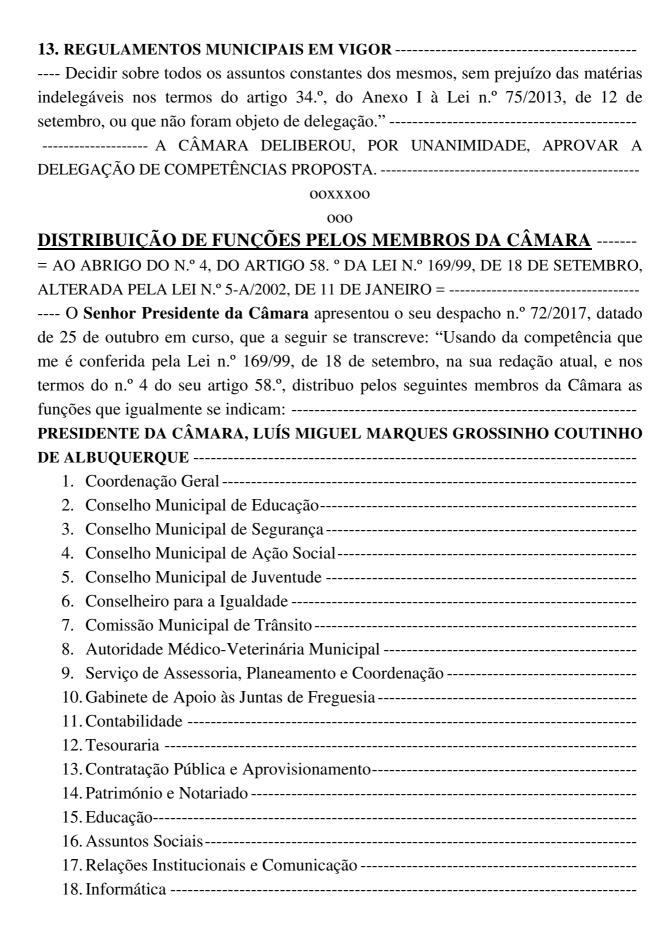
As competências previstas nos artigos, 14.°, 18.°, n.° 1 do art.° 29.°, n.° 1 do art.°
31.°, al. b) do n.° 1 do art.° 32.°., n.° 2 do art.° 39.°, do Decreto-Lei n.° 310/2002, de 18
de dezembro,
5 - REGIME DE MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO DE ASCENSORES, MONTA-
CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES:
As competências previstas no n.º 1 e n.º 3 do art.º 7.º, n.º 6 do art.º 8.º n.º 4 do art.º
9.°, n.° 1 e n.° 4 do art.° 11.°, n.° 5 do art.° 22.° e ponto 2.2. do Anexo V do Decreto-Lei
n.º 320/2002, de 28 de dezembro
6. REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO:
As competências previstas no n.º 1 e n.º 8 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007,
de 17 de janeiro, na sua atual redação
7. UTILIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES
DE CARÁCTER DESPORTIVO, FESTIVO OU OUTRAS QUE POSSAM AFETAR O
TRÂNSITO NORMAL:
As competências previstas no n.º 1 do art.º 8.º e n.º 1 do art.º 9.º, do Decreto-
Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março
8. REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE DE GUARDA-NOTURNO:
As competências previstas no, n.º 2 do art.º 29.º, n.º 6 do art.º 30.º, n.º 1 do art.º
39.º da Lei 105/2015, de 25 de agosto
9. REGIME JURÍDICO DA REMOÇÃO, TRANSPORTE, INUMAÇÃO,
EXUMAÇÃO, TRASLADAÇÃO E CREMAÇÃO DE CADÁVERES, BEM COMO DE
ALGUNS DESSES ATOS RELATIVOS A OSSADAS, CINZAS, FETOS MORTOS E
PEÇAS ANATÓMICAS, E AINDA DA MUDANÇA DE LOCALIZAÇÃO DE UM
CEMITÉRIO:
As competências previstas no n.º 1 e n.º 2 do art.º 4.º Decreto-Lei 411/98, de 30 de
dezembro, na sua redação atual
10. REGULAMENTA O ACESSO À ATIVIDADE E AO MERCADO DOS
TRANSPORTES EM TÁXI:
As competências previstas no n.º 1 e n.º 2 do art.º 12.º, do Decreto-Lei 251/98, de
11 de agosto, na sua atual redação
11. REGIME GERAL DAS CONTRAORDENAÇÕES E CONTRAORDENAÇÕES
AMBIENTAIS:
As competências respeitantes à instrução dos processos de contraordenação e
decisão dos mesmos cuja competência caiba à Câmara Municipal nos termos legais e
regulamentares





- -A competência para mandar realizar os trabalhos de gestão de combustível, sempre que se verifique que, até ao dia 15 de abril de cada ano, o incumprimento referido nos n.ºs 8 e 9 do artigo 15.º e desencadear os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efectuada, que está atribuída à Câmara Municipal no n.º 10, do artigo 15.º.------

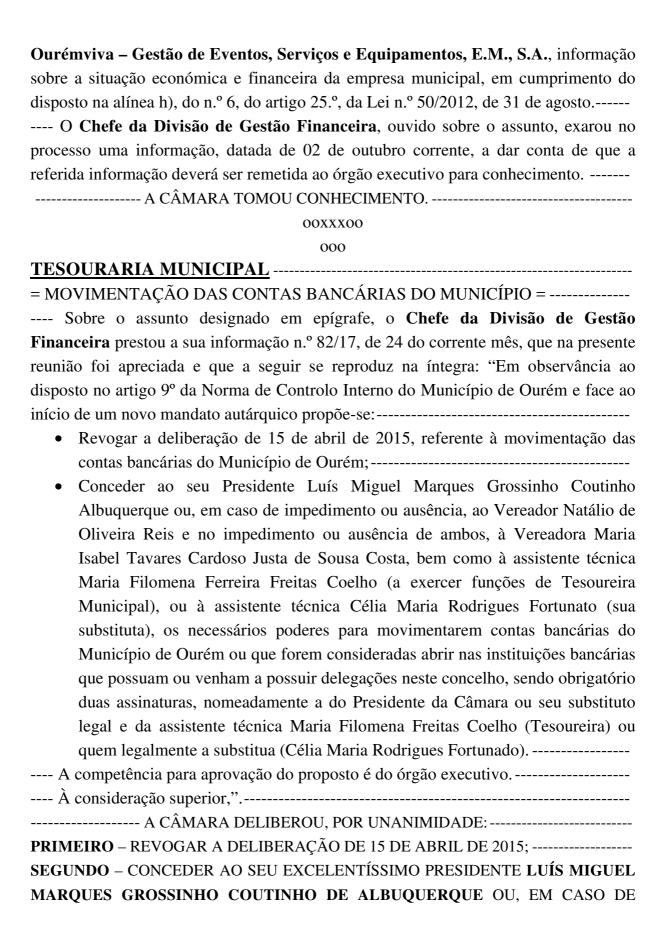




VERE	ADOR NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS
1.	Ambiente e Engenharia
	Recursos Naturais
	Sustentabilidade Energética e Mobilidade
	Obras Particulares
	Turismo
	Apoio ao Empresário
	ADORA MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA
	Expediente
	Recursos Humanos e Segurança no Trabalho
	Apoio ao Consumidor
	Atendimento ao Munícipe
	Estudos e Projetos Financeiros (Fundos Comunitários)
	Cultura
7.	Arquivo Municipal
	Biblioteca Municipal
	Museu Municipal
	Planeamento do Território e Reabilitação Urbana
	. Sistema de Informação Geográfica
	. Fiscalização e Contencioso
	. Estudos e Projetos (Arquitetura e Especialidades)
	ADOR RUI MANUEL SIMÕES VITAL
	Obras Municipais
	Fiscalização de Obras Municipais
	Administração Direta
	Gestão de Equipamentos e Frota (Administração Direta)
5.	Jardins Municipais
6.	Associativismo, Desporto e Juventude
	Licenciamentos não Urbanísticos
	Serviço Municipal de Proteção Civil"
	A CÂMARA FICOU INTEIRADA



EMPRESTIMO DE CURTO PRAZO (TESOURARIA) – 2018
= ABERTURA DE PROPOSTAS =
Na reunião de 15 de setembro de 2017, a Câmara deliberou contrair o empréstimo
designado em epígrafe, no montante de 1.500.000,00€, com consulta às instituições de
crédito com estabelecimento no Concelho
Efetuadas as consultas como legalmente se impõe, verificou-se que apresentaram
propostas as seguintes instituições financeiras:
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
- Caixa de Crédito de Leiria;
- Banco BPI, S.A.;
- Banco Santander Totta, S.A.;
- Novo Banco, S.A
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INCUMBIR O
CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA DE PROCEDER À ANÁLISE DAS
PROPOSTAS APRESENTADAS
ooxxxoo
000
AUDITORIA AO MUNICÍPIO DE OURÉM
Foi apresentada uma carta, datada de 12 de setembro findo, da Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas LCA - Leal, Carreira & Associados, SROC, sedeada
na Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque, n.º 56, 2.º andar, Porta C, em Leiria, a
remeter, na qualidade de Auditor Externo deste Município, o seu relatório, que
pretende fazer a súmula dos principais procedimentos e conclusões resultantes do
trabalho efetuado
O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, exarou no
processo uma informação, datada de 29 também de setembro findo, a dar conta de que
a referida informação deverá ser remetida ao órgão executivo para conhecimento
A CÂMARA TOMOU CONHECIMENTO
ooxxxoo
000
OURÉMVIVA - GESTÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS E
EQUIPAMENTOS, E.M., S.A.
= SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL =
Foi apresentada uma carta, datada de 19 de setembro findo, da LCA - Leal,
Carreira & Associados SROC, sedeada na Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque,
n.º 56, 2.º andar, Porta C, em Leiria, a anexar, na qualidade de Fiscal Único da





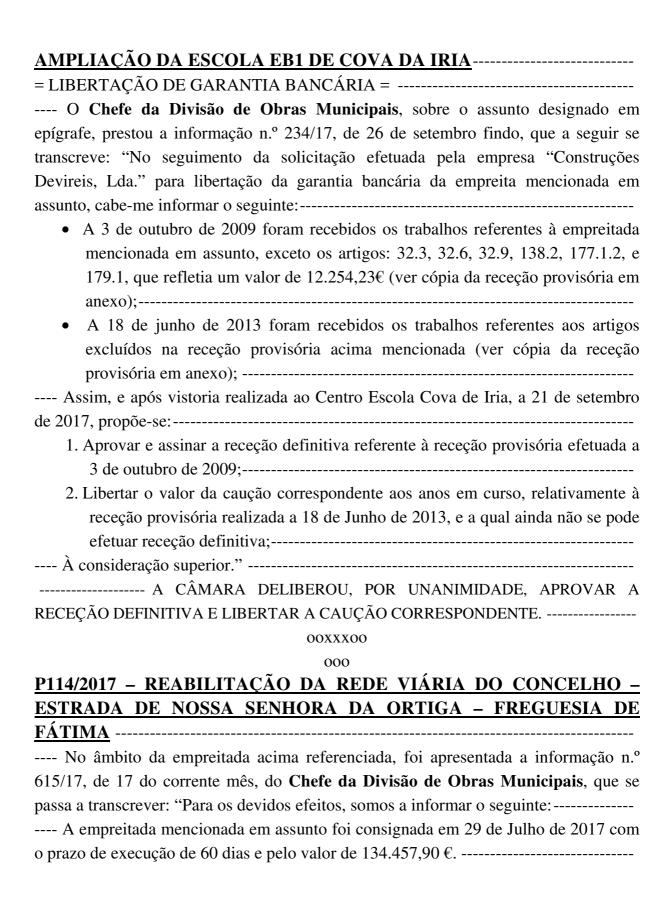
IMPEDIMENTO OU AUSÊNCIA, AO VEREADOR SENHOR NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, E NO IMPEDIMENTO OU AUSÊNCIA DE AMBOS. À VEREADORA SENHORA MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, BEM COMO À ASSISTENTE TÉCNICA MARIA FILOMENA FERREIRA FREITAS COELHO (A EXERCER FUNÇÕES DE TESOUREIRA MUNICIPAL), OU À ASSISTENTE TÉCNICA **MARIA RODRIGUES FORTUNATO** (SUA SUBSTITUTA), NECESSÁRIOS PODERES PARA MOVIMENTAREM CONTAS ABERTAS OU QUE FOREM CONSIDERADAS ABRIR NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS QUE POSSUAM A POSSUIR DELEGAÇÕES NESTE CONCELHO, OU VENHAM OBRIGATÓRIO DUAS ASSINATURAS, NOMEADAMENTE A DO PRESIDENTE DA CÂMARA OU SEU SUBSTITUTO LEGAL E DA ASSISTENTE TÉCNICA MARIA FILOMENA FERREIRA FREITAS COELHO OU QUEM LEGALMENTE A SUBSTITUA.

ooxxxoo

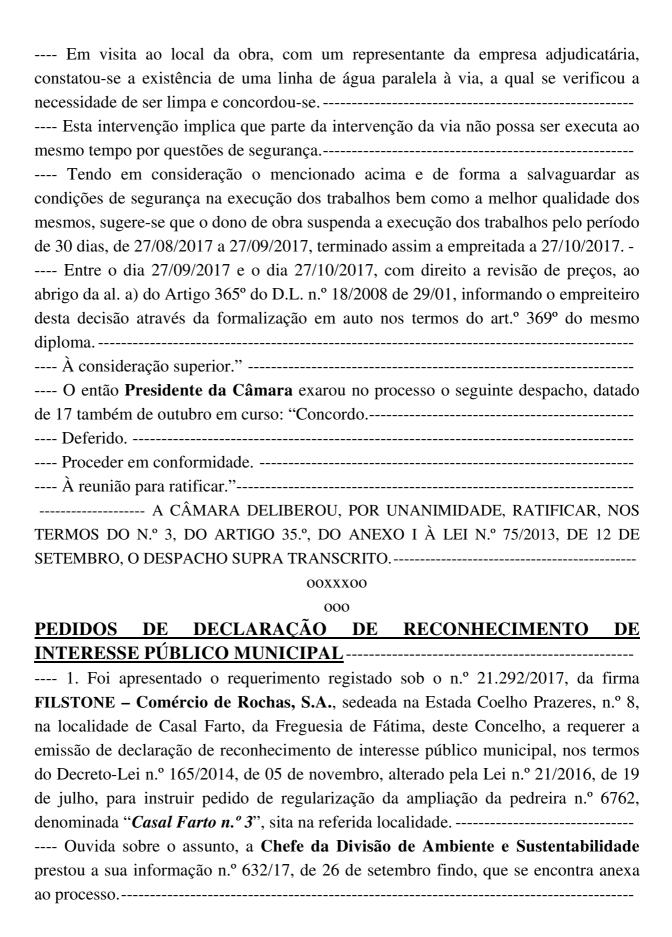
SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS
= 1. MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO =
Relativamente ao assunto supra mencionado, foi apresentada a informação n.º
85/17, datada de 25 do corrente mês, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, que
se passa a transcrever: "Nos termos do artigo 17º da Lei 29/87, de 30 de junho
(republicada pelo artigo 11º da Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro, com a versão
atualizada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro), os membros dos órgãos
autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais, mediante deliberação do
respetivo órgão, que fixará o seu valor
No que concerne aos membros do órgão executivo em regime de permanência, o
valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal
Deste modo, a proposta contratualizada em vigor, contém os seguintes valores:
Presidente da Câmara
o Morte ou invalidez permanente
o Incapacidade temporária absoluta (sub. diário)
o Despesas de tratamento e repatriamento
Vereadores a Tempo Inteiro
o Morte ou invalidez permanente
 O Incapacidade temporária absoluta (sub. diário)
o Despesas de tratamento e repatriamento



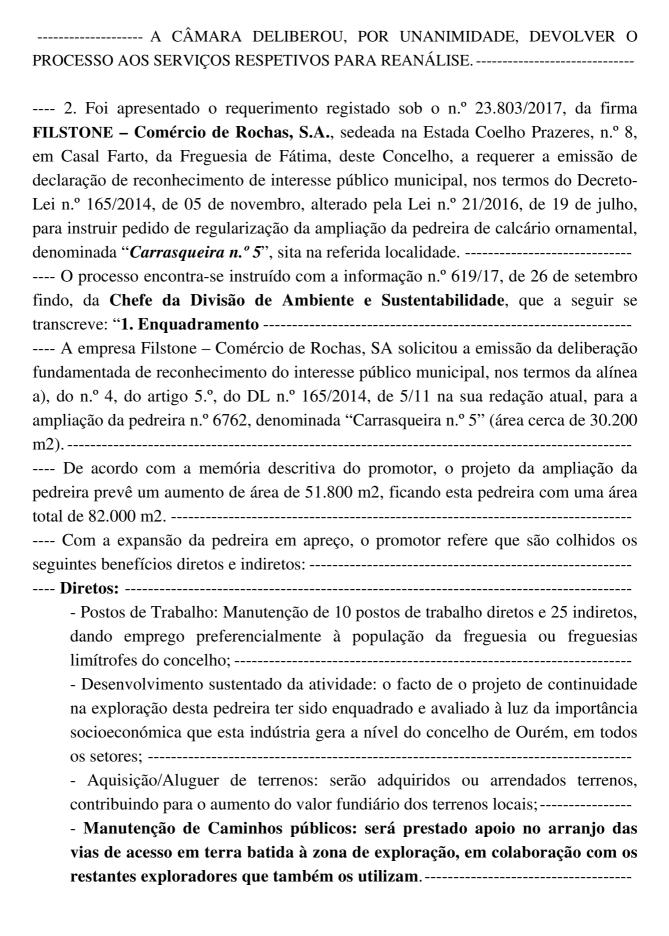
o Incapacidade temporária absoluta (sub. diário)
TRANSCRITA
= 2. MEMBROS DO ÓRGÃO DELIBERATIVO =
Foi apreciada a informação n.º 86/17, datada de 25 de outubro corrente, do Chefe
da Divisão de Gestão Financeira, que se passa a transcrever: "Nos termos do artigo
17° da Lei 29/87, de 30 de junho (republicada pelo artigo 11° da Lei n.º 52-A/2005, de
10 de outubro, com a versão atualizada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro), os
membros dos órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais,
mediante deliberação do respetivo órgão, que fixará o seu valor
Deste âmbito, a proposta contratualizada em vigor, contém os seguintes valores:
Presidente da Assembleia
o Morte ou invalidez permanente
o Incapacidade temporária absoluta (sub. diário)
o Despesas de tratamento e repatriamento
Membros da Assembleia
o Morte e invalidez permanente
o Incapacidade temporária absoluta (sub. diário)
o Despesas de tratamento e repatriamento
Consequentemente, independentemente do processo de seguros em curso, deverá o
órgão deliberativo determinar os valores a contratualizar
À consideração superior,"
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, SOLICITAR À
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, QUE, DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO
ARTIGO 17.°, DA LEI N.° 29/87, DE 30 DE JUNHO, REPUBLICADA PELO ARTIGO
11.°, DA LEI N.° 52-A/2005, DE 10 DE OUTUBRO, SE PRONUNCIE SOBRE AS
CONDIÇÕES E VALORES APRESENTADOS NA INFORMAÇÃO SUPRA
TRANSCRITA

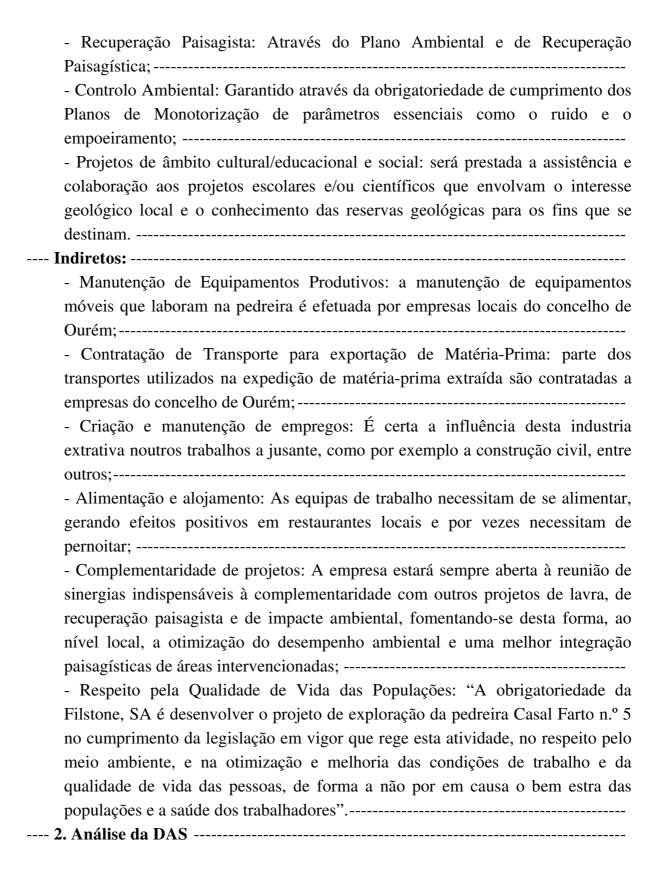














---- A empresa Filstone, SA pretende proceder à ampliação da pedreira Carrasqueira n.º 5, ampliação esta que tem enquadramento no artigo 1.º, do regime de regularização de explorações (DL n.º 165/2014, de 05/11, na sua redação atual). ------

---- 2.1 Pedreira Licenciada ------

---- A pedreira "Carrasqueira n.° 5" tem o n.° de ordem nacional 6358 e uma área de cerca de 30.200 m2, tendo sido licenciada em 26 de fevereiro de 2001 pela DRELVT e considerada adaptada ao DL n.° 270/2001, de 06/10, a 4 de fevereiro de 2006. -----



Figura 1: Área Licenciada da Pedreira

---- 2.2 Pretensão Atual-----

---- A ampliação corresponde a uma área de 51.800 m2, ficando esta pedreira com uma área total de 82.000 m2, correspondendo aos limites apresentados na figura seguinte: --



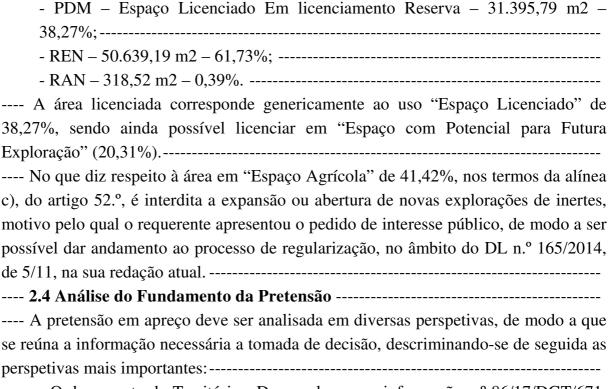
Figura 2: Área Total da Pedreira (licenciada + ampliação)

---- 2.3 Enquadramento no PDM em Vigor -----

---- De acordo com referido no relatório de confrontação da Divisão de Gestão do Território, para a área total de cerca de 82.000 m2, a pretensão tem o seguinte enquadramento no PDM e as seguintes condicionantes: ------

- PDM Espaço Agrícola 33.978,82 m2 41,42%; -----
- PDM Espaço com Potencial para Futura Exploração 16.660,37 m2 20,31%;-----





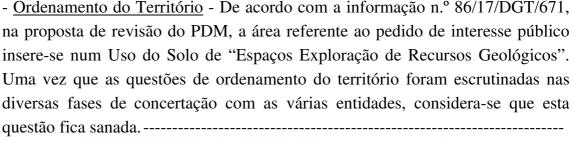




Figura 3: Sobreposição do limite da Ampliação com o regime do Uso do Solo proposto na Revisão do PDM (II n.º 86/17/DGT/671)

- <u>Económica</u> - De acordo com o referido na memória descritiva do processo, esta empresa tem uma forte componente comercial em exportações nacionais para a China, Médio Oriente, Turquia e Rússia, gerando algumas sinergias locais a nível



de postos de trabalho, alojamento, restauração, aluguer de terrenos, manutenção de equipamentos e contratação de serviços. A qualidade da pedra extraída é muito procurada no exterior, sendo o fator económico muito acentuado;------

- Impacte Ambiental: -----
- <u>Paisagismo</u>: O promotor refere que, com a ampliação desta pedreira é possível uma complementaridade de projetos e que a empresa estará sempre aberta à reunião de sinergias indispensáveis à complementaridade com outros projetos de lavra, de recuperação paisagista e de impacte ambiental, fomentando-se desta forma, ao nível local, a otimização do desempenho ambiental e uma melhor integração paisagísticas de áreas intervencionadas. ------

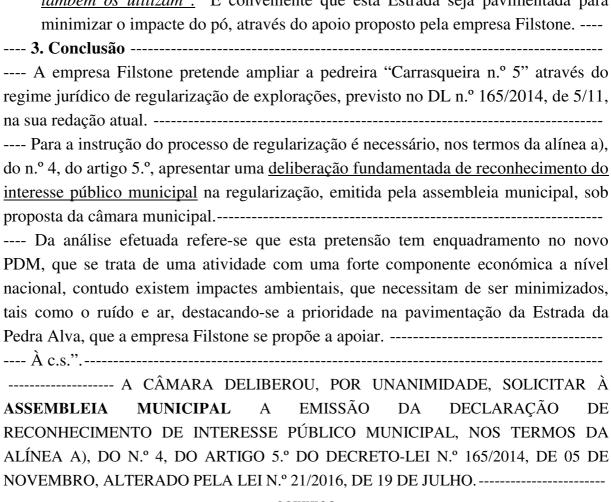


Figura 4: Pedidos de declaração de interesse público e pedreiras da empresa Filstone

- <u>Ar:</u> As poeiras são um dos principais impactes na população local, existindo várias reclamações relativas ao pó emanado pela atividade da indústria extrativa. Para minimizar este impacte, o promotor promover a pulverização assídua da área de exploração. Um dos principais focos de poluição atmosférica é também **a**



falta de pavimentação da Estrada da Pedra Alva que é o principal acesso à pedreira em apreço. De acordo com o referido na memória descritiva deste processo, relativamente à manutenção de caminho públicos, é referido pelo promotor que "será prestado apoio no arranjo das vias de acesso em terra batida à zona de exploração, em colaboração com os restantes exploradores que também os utilizam". É conveniente que esta Estrada seja pavimentada para minimizar o impacte do pó, através do apoio proposto pela empresa Filstone. ----



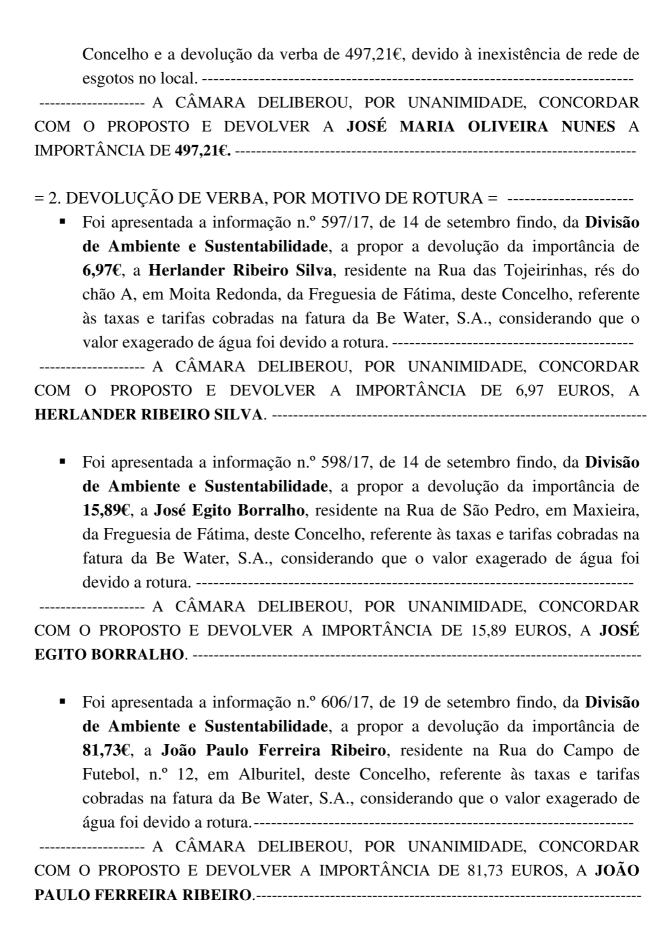
ooxxxoo

000

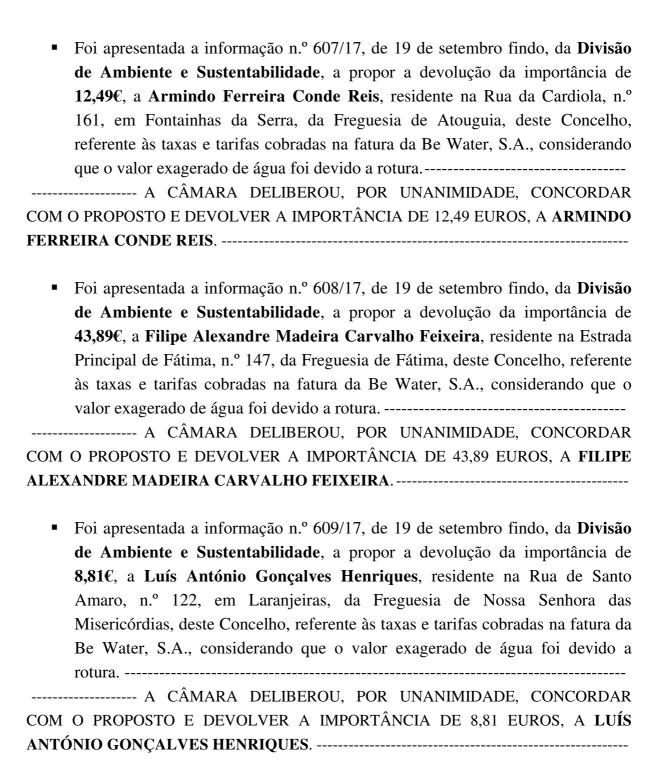
TAXAS DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E SISTEMA DE SANEAMENTO, TARIFA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, TARIFA DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RSU'S --

- = 1. INEXISTÊNCIA DO SISTEMA (REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS) = -----
 - Foi apresentada a informação n.º 589/17, de 11 de setembro findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, a propor a anulação das parcelas relativas ao saneamento, na faturação de José Maria Oliveira Nunes, residente na Rua Cidade de Ourém, n.º 215, em Abadia, da Freguesia de Caxarias, deste



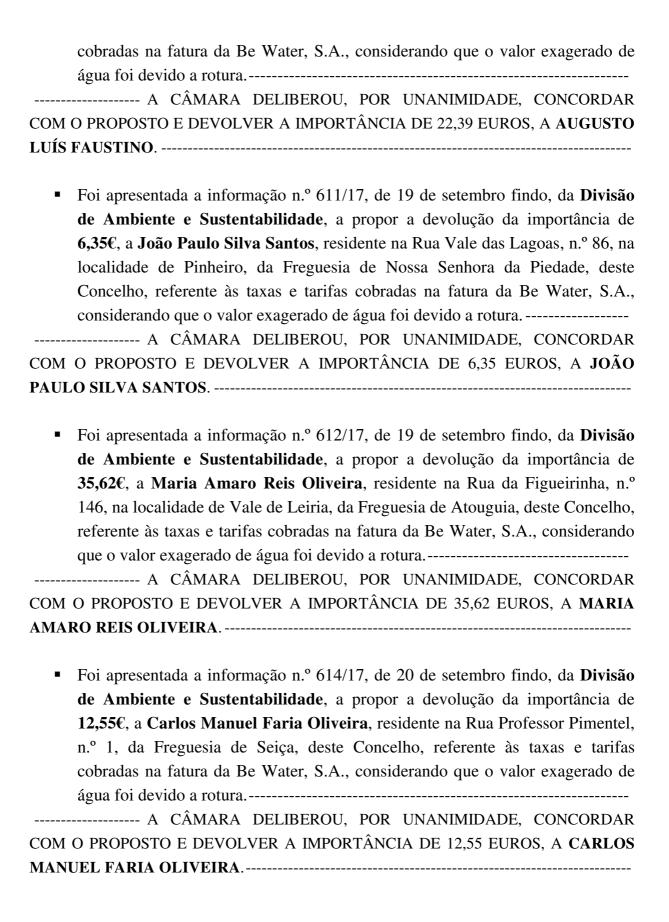




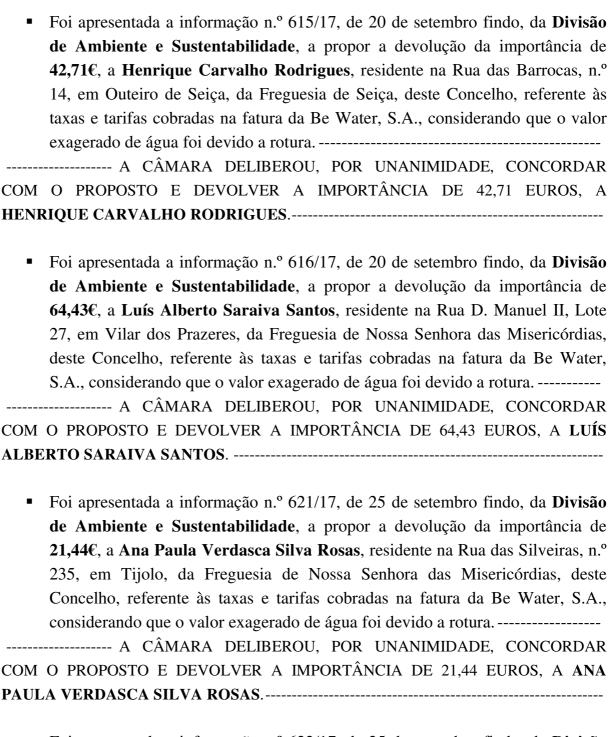


Foi apresentada a informação n.º 610/17, de 19 de setembro findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, a propor a devolução da importância de 22,39€, a Augusto Luís Faustino, residente na Rua Valinho do Rei, n.º 45, em Pisões, da Freguesia de Caxarias, deste Concelho, referente às taxas e tarifas

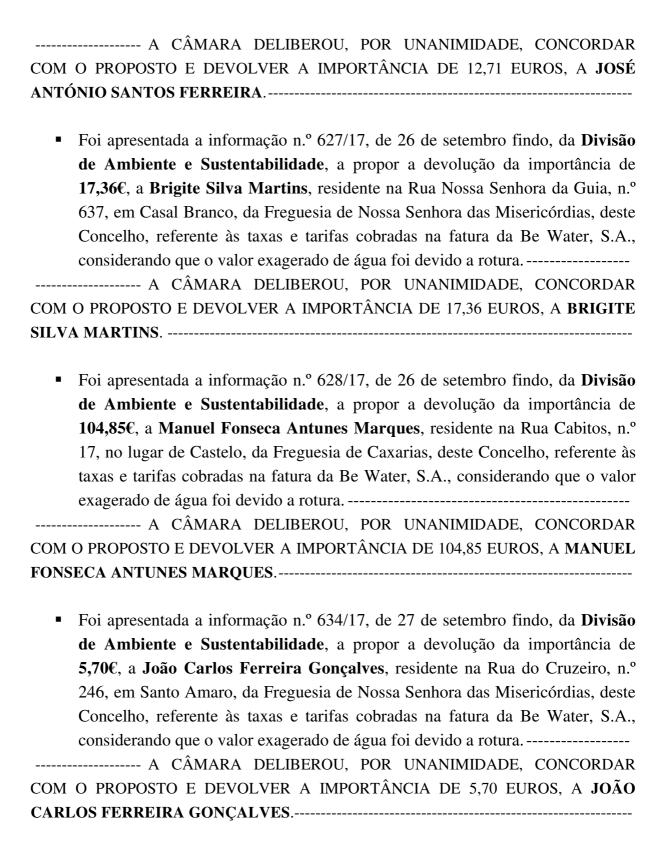




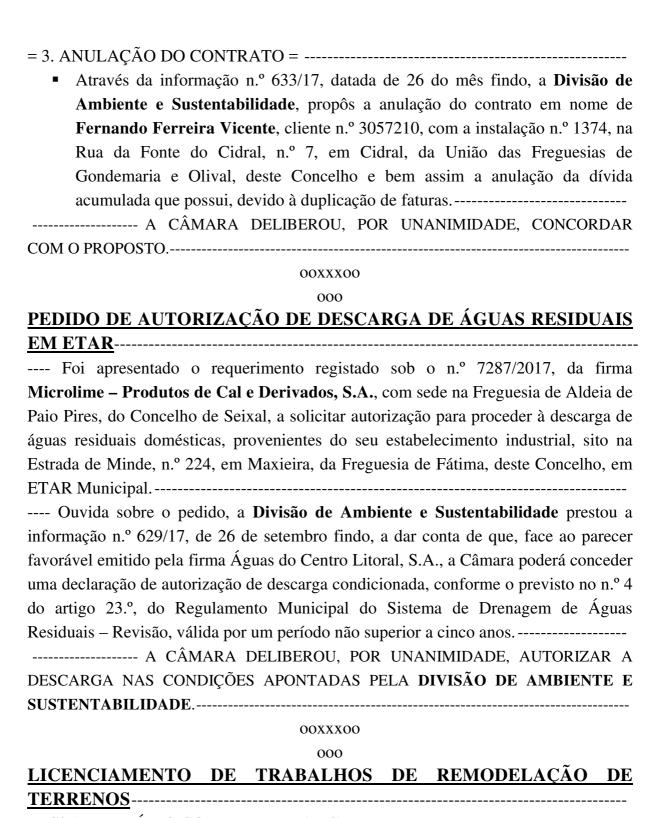




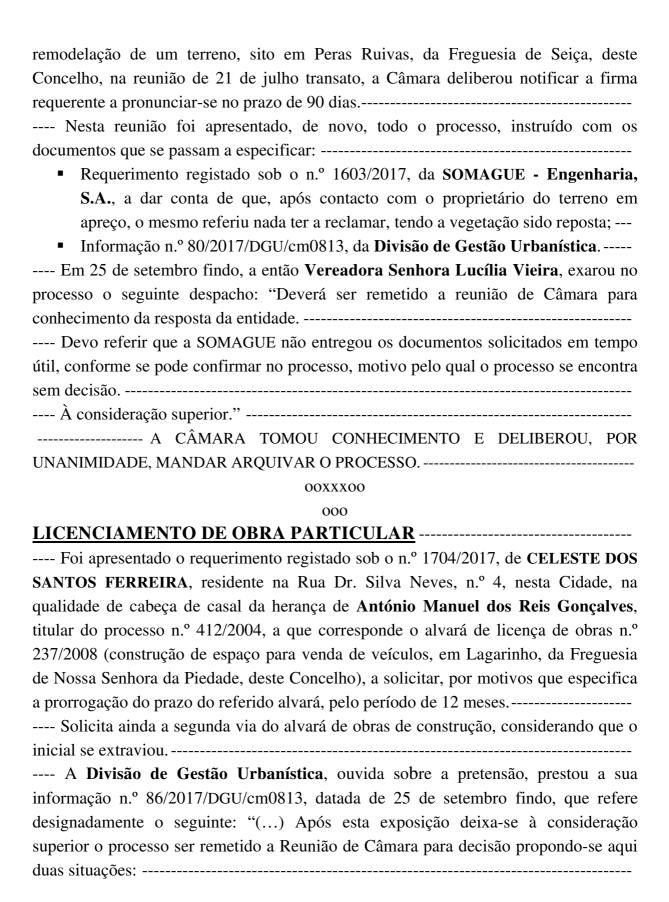




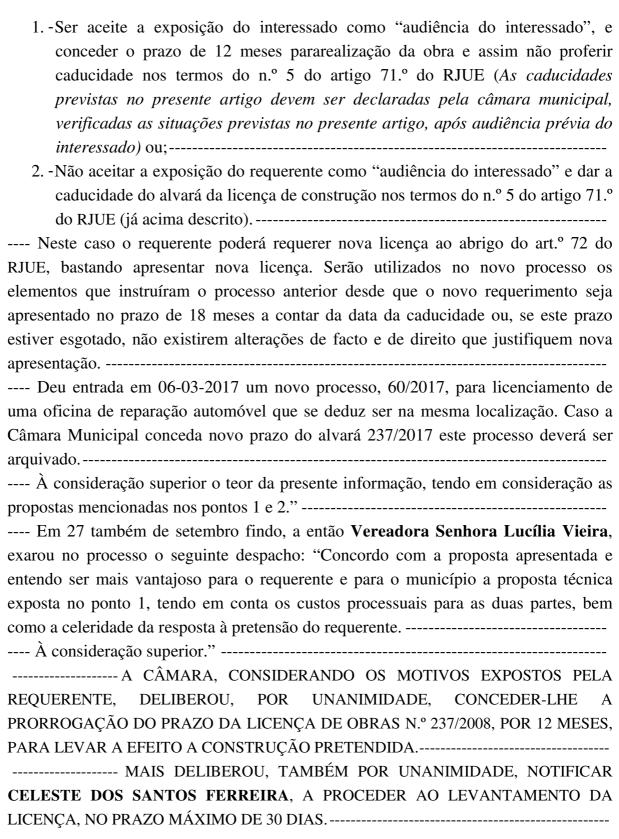






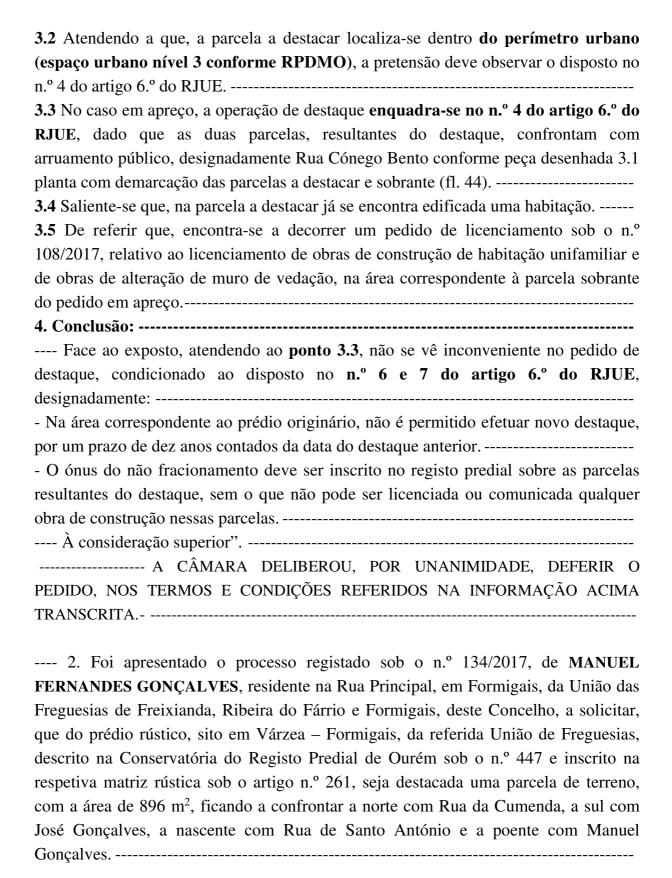




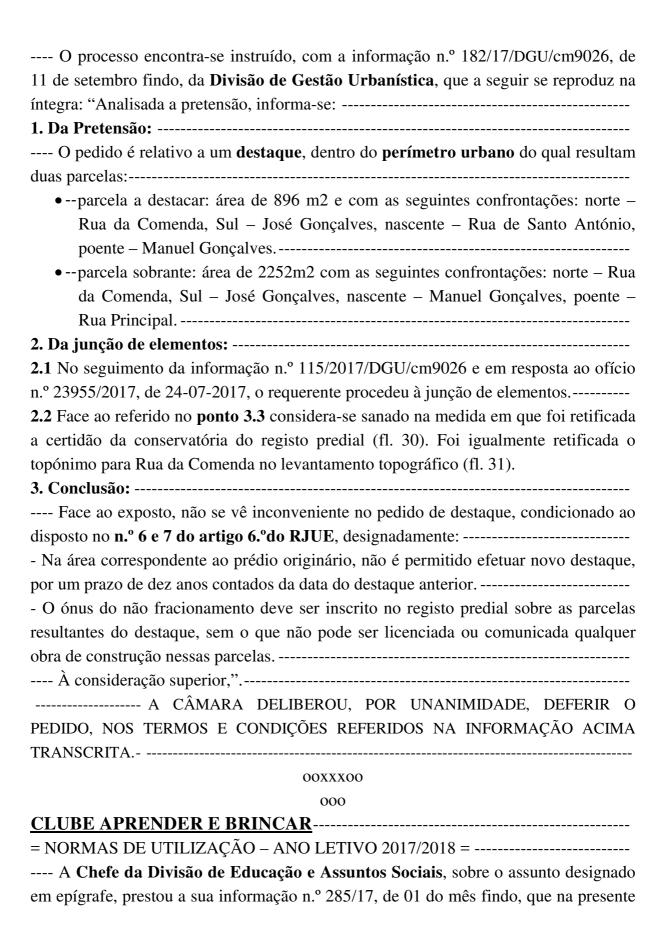




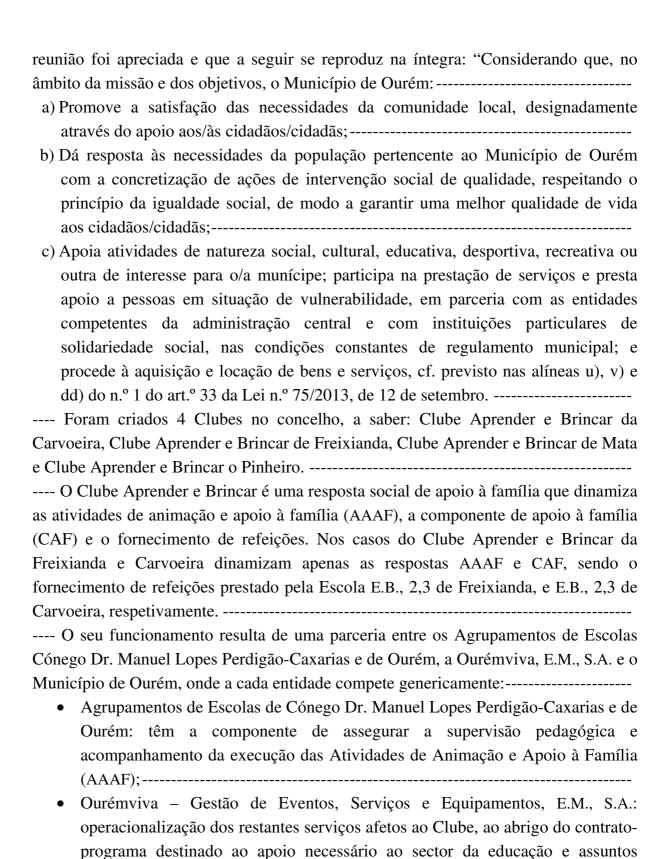
PEDIDOS DE DESTAQUE --------- 1. Foi apresentado o processo registado sob o n.º 109/2017, de FERNANDO MANUEL FERREIRA DE BASTOS e MARIA DA GLÓRIA GONÇALVES DE FREITAS DE BASTOS, residentes na Rua das Hortas, n.º 8, em Lagoa do Grou, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste Concelho, a solicitarem, que do prédio misto, sito na Rua Cónego Bento, n.º 7, na localidade de Camarões - Ribeira do Fárrio, da referida união de freguesias, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 751 e inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 65 e na matriz rústica sob o artigo n.º 28955, seja destacada uma parcela de terreno, com a área de 1668,50 m², ficando a confrontar a norte e a poente com Fernando Manuel Ferreira de Bastos, a sul com herdeiros de José Botica e a nascente com estrada. --------- O processo encontra-se instruído com a informação n.º 178/17/DGU/cm9026, de 24 de agosto último, da **Divisão de Gestão Urbanística**, que a seguir se reproduz na íntegra: "Analisada a pretensão, informa-se: ------1. Da Pretensão: ------1.1 O pedido é relativo a um destaque, dentro do perímetro urbano e fora de perímetro urbano, do qual resultam duas parcelas: ------• -- parcela a destacar: área de 1668,50m2 e com as seguintes confrontações: norte e poente - Fernando Manuel Ferreira de Bastos, sul - herdeiros de José Batista, nascente – estrada.-----• -- parcela sobrante: área de 7625,50m2 com as seguintes confrontações: norte – herdeiros de Manuel Ferreira, sul - herdeiros de José Batista e Fernando Manuel Ferreira de Bastos, nascente – estrada, poente – herdeiros de José Gama Júnior. 2. Do RPDMO:-----2.1 De acordo com as plantas entregues pelo requerente e a informação prestada pelo SIG-DGT, a parcela originária localiza-se, nos termos do RPDMO, em espaço agrícola, urbano nível 3 e urbanizável de baixa densidade.-----2.2 As condicionantes da parcela, referida nos termos da informação prestada pelo gabinete SIG-DGT, não prejudica a operação de destaque em apreço. ------**3.1** De acordo com o n.º 10 do artigo 6.º do RJUE" Os atos que tenham por efeito o destaque de parcela com descrição predial que se situe em perímetro urbano e fora deste devem observar o disposto nos n.ºs 4 e 5, consoante a localização da parcela a destacar, ou, se também ela se situar em perímetro urbano e fora deste, consoante a localização da área maior".-----

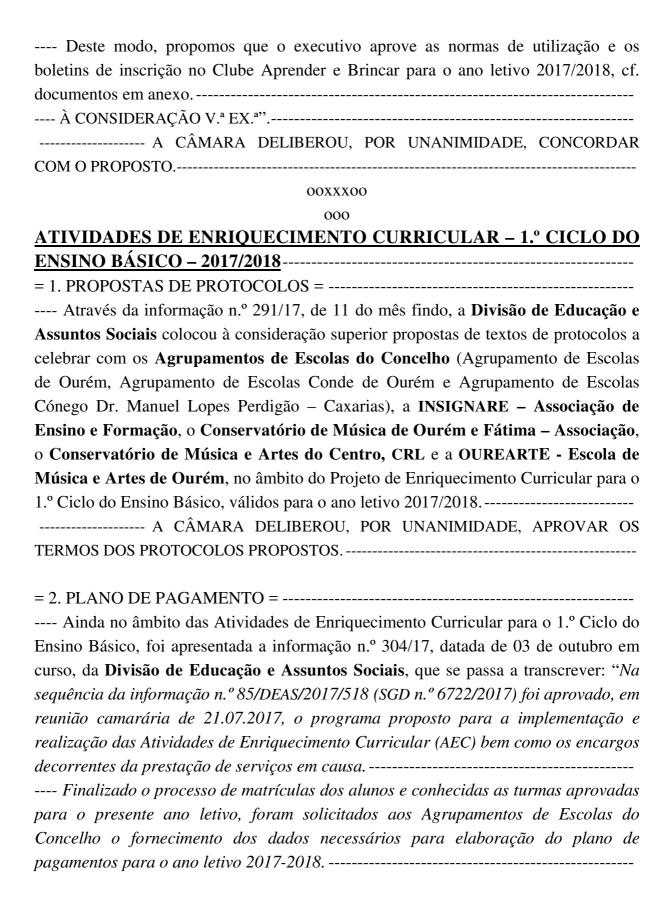














ENTIDADE		MENSAL	ANUAL	
	INSIGNARE	15 727,78 €	141 550,00 €	
	OUREARTE	2 722,22 €	24 500,00 €	
	CONSERVATÓRIO	3 033,33 €	27 300,00 €	
	TOTAIS	21 483,33 €	193 350,00 €	

- Plano de pagamentos-----

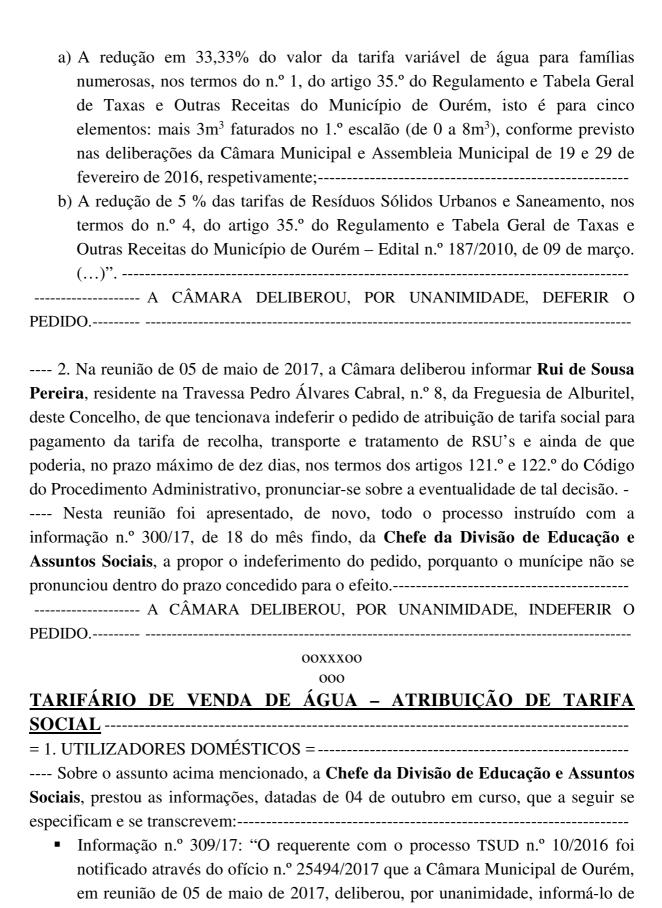
ENTIDADE	MENSAL	ANUAL
INSIGNARE	15 944,44 €	143 500,00 €
OUREARTE	2 644,44 €	23 800,00 €
CONSERVATÓRIO	2 411,11 €	21 700,00 €
TOTAIS	21 000,00 €	189 000,00 €

000

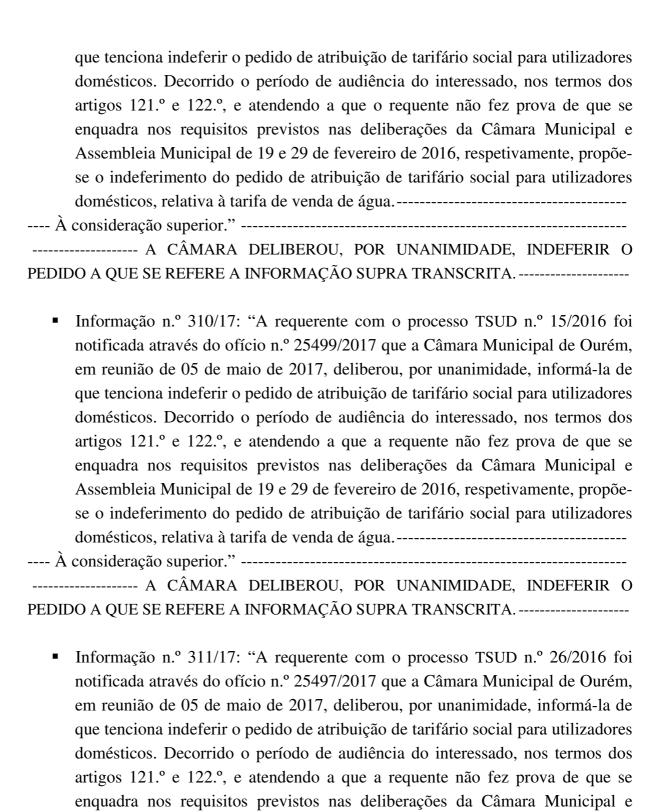
ATRIBUIÇÃO DE TARIFA SOCIAL

para famílias numerosa, nomeadamente: ------





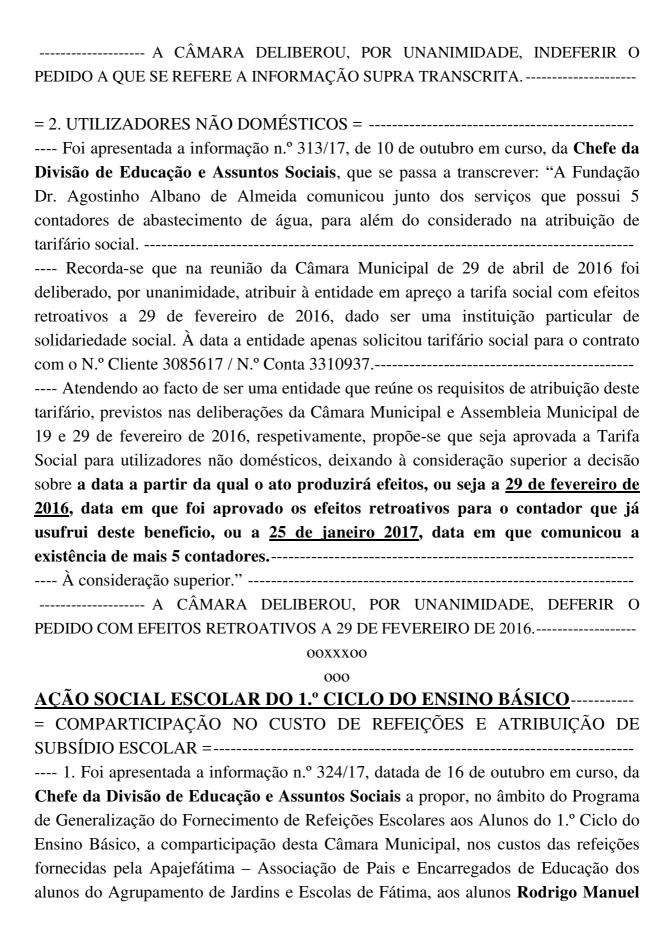




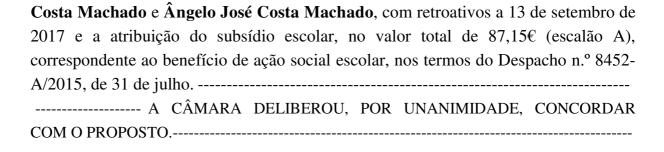
---- À consideração superior." -----

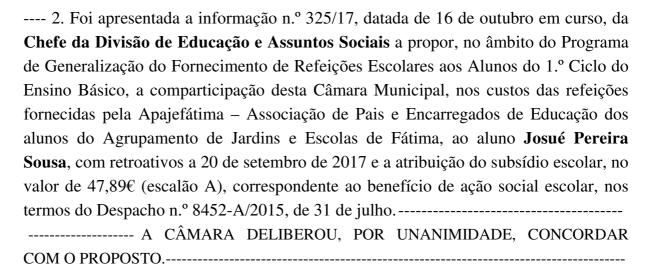
Assembleia Municipal de 19 e 29 de fevereiro de 2016, respetivamente, propõese o indeferimento do pedido de atribuição de tarifário social para utilizadores domésticos, relativa à tarifa de venda de água.------





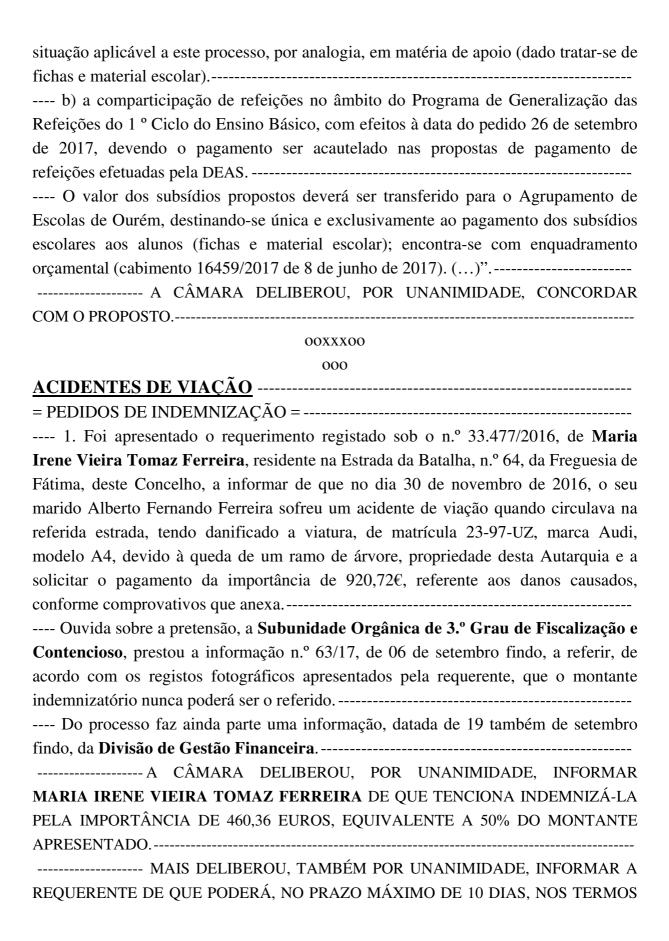




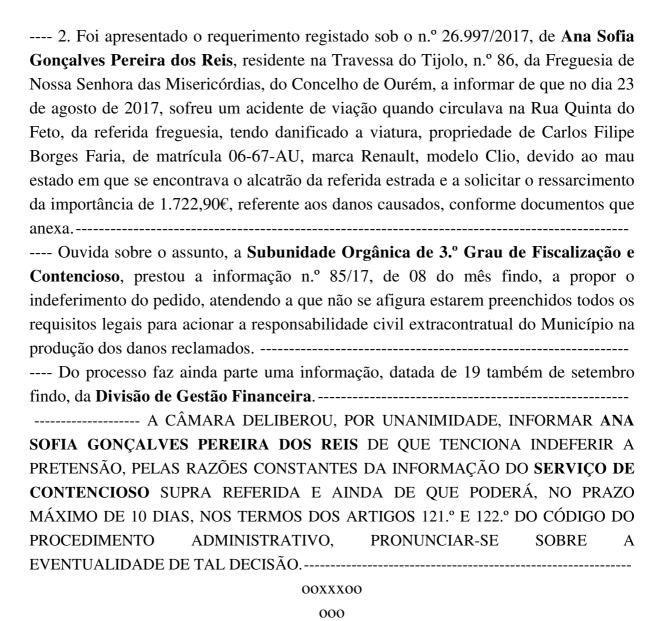


Aluno	Estabelecimento de ensino	Entidade que presta a refeição	Proposta de Escalão	Ano de Escolaridade	Valor da Compartição
Daniel Filipe Gomes Marques	Centro Escolar da Caridade	Jardim Infantil de Ourém	A	3º Ano	47,89€
Rafael André Gomes Marques	Centro Escolar da Caridade	Jardim Infantil de Ourém	A	3º Ano	47,89€
Carlos Alexandre Gomes Marques	Centro Escolar de Santa Teresa	APDAF	A	2º Ano	39,26€
Susana Micaela Gomes Marques	Centro Escolar de Santa Teresa	APDAF	A	2º Ano	39,26€
Diana Solange Gomes Marques	Centro Escolar de Santa Teresa	APDAF	A	2º Ano	39,26€
Ana Nair Gomes Marques	Centro Escolar de Santa Teresa	APDAF	A	1º Ano	37,31€

---- Esta atribuição tem por base o nº5 do artigo 8º do Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, onde se prevê que sempre que o aluno carenciado seja transferido de escola, terá direito, de novo, ao montante correspondente ao escalão em que estava inserido, desde que os manuais escolares não sejam os adotados na escola de origem,







EXECUÇÃO DE OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA -----



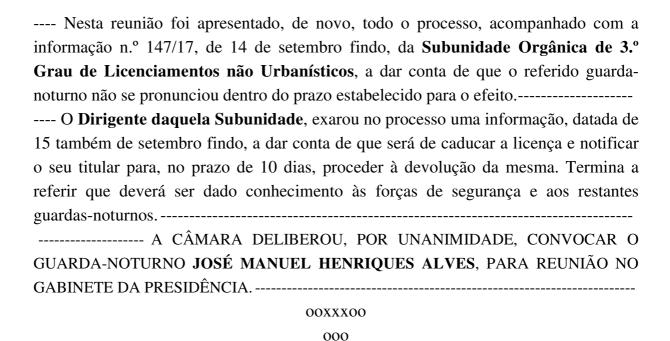
Município, na Travessa da Fonte Velha, em Ourém e da cedência dos terrenos necessários à execução daquelas obras, propriedade de João Manuel Pereira de Faria Rato bem como da reunião efetuada com o Sr. Presidente da Câmara, que solicitou análise e formalização adequada da pretensão do citado munícipe, informo o seguinte: ---- No passado dia 9 de junho, reuni com o Sr. João Rato que prestou esclarecimentos complementares sobre as deliberações acima mencionadas relativamente às cedências de terreno para alargamento da Travessa da Fonte Velha, que referiu não ter sido contabilizada no terreno cedido a área de 66 m2, para efeitos de cálculo de índices de construção no projeto de construção que tenciona apresentar e que corresponde às áreas das construções anteriormente existentes. --------- Com efeito, na deliberação de 27 de outubro consta como área total de terreno a ocupar 270 m2, não havendo qualquer referência à área das antigas edificações.--------- Assim, a área total a ceder ao Município é de 338 m2, que corresponde à área de 272 m2 (e não 270), conforme deliberação de Câmara e informações técnicas, acrescido de 66 m2, que corresponde à área das construções anteriormente existentes. ---- Nestes termos propõe-se retificação da deliberação de Câmara de 27 de outubro sobre execução de obras por administração direta (ocupação de terreno na Travessa da Fonte Velha - Nossa Senhora da Piedade), devendo a área total a considerar para efeitos de cálculo dos índices de construção ser de 338 m2. --------- À consideração superior". ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RETIFICAR A DELIBERAÇÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 2010, NOMEADAMENTE NO QUE SE REFERE À ÁREA TOTAL DA PARCELA EM QUESTÃO, PARA EFEITOS DE CÁLCULO DO ÍNDICE DE CONSTRUÇÃO, PARA 338 METROS QUADRADOS. -----

ooxxxoo

ATIVIDADE DE GUARDA-NOTURNO -----

---- Na reunião de 07 de julho de 2017, a Câmara deliberou informar José Manuel Henriques Alves, guarda-noturno desta Câmara Municipal, de que tencionada revogar a respetiva licença de guarda-noturno, porquanto não procedeu (dentro do prazo concedido por despacho, datado de 17 de março de 2017, da então Vereadora Senhora Lucília Vieira), à entrega de comprovativo do acordo firmado com a Segurança Social, referente ao pagamento, em prestações, da dívida que possui com aquela entidade. -------- Mais foi informado de que poderia, no prazo máximo de dez dias, nos termos do artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo, pronunciar-se, por escrito, sobre a eventualidade de tal decisão.-----

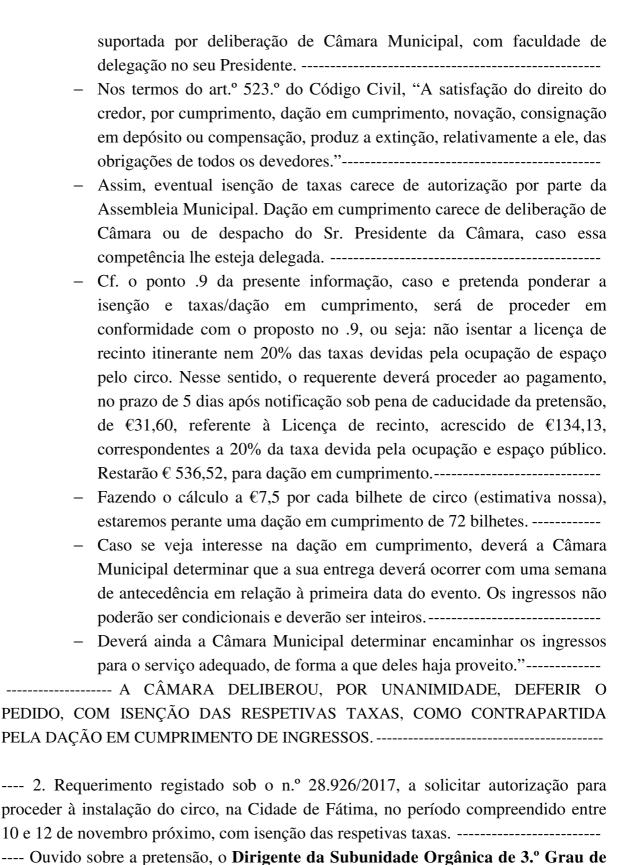




PEDIDOS DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO DE CIRCO -----

- O requerente solicita isenção de Taxas, que são no valor de €670,55,
 pela Ocupação de Espaço Público, e de €31,60, pela licença de Recinto.
- Nos termos do mesmo Regulamento, o n.º 2 do art.º 12.º admite a dação em cumprimento, quando tal seja compatível com o interesse público e





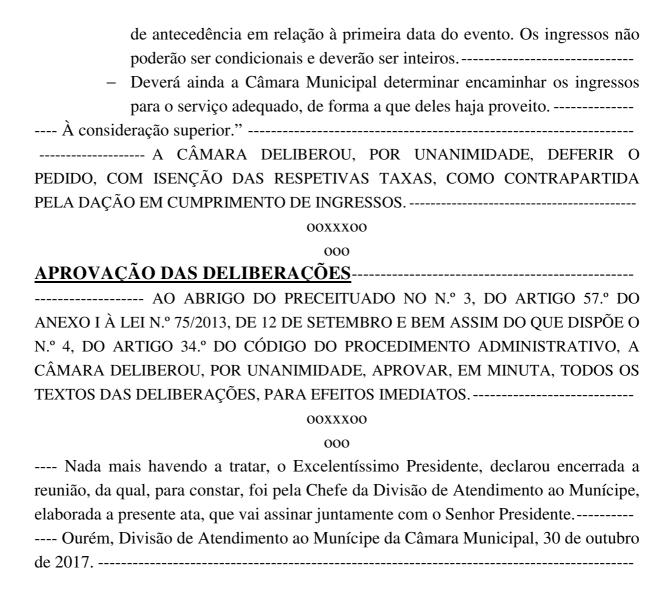
Licenciamentos não Urbanísticos prestou a informação n.º 211/17, datada de 18 de



setembro findo, a colocar à consideração superior o seguinte: "(...) Salvo melhor opinião:-----

- O requerente solicita isenção de Taxas, que são no valor de €670,55,
 pela Ocupação de Espaço Público, e de €31,60, pela licença de Recinto.

- Fazendo o cálculo a €7,5 por cada bilhete de circo (estimativa nossa),
 estaremos perante uma dação em cumprimento de 72 bilhetes. -----
- Caso se veja interesse na dação em cumprimento, deverá a Câmara
 Municipal determinar que a sua entrega deverá ocorrer com uma semana



O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 30/10/2017

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

= Pagamentos.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

2.1. EXPEDIENTE

- = Reuniões da Câmara Municipal:
 - 1. Periodicidade das reuniões ordinárias e das reuniões públicas;
 - 2. Designação de Secretário Proposta n.º 10/2017, de 25 de outubro em curso, do Senhor Presidente;
- = Designação de Vereadores a Tempo Inteiro Despacho n.º 67/2017, de 25 de outubro em curso, do Senhor Presidente;
- = Fixação do número de Vereadores a Tempo Inteiro Proposta n.º 11/2017, de 25 de outubro em curso, do Senhor Presidente;
- = Designação do Vice-Presidente da Câmara Municipal Despacho n.º 68/2017, de 25 de outubro em curso, do Senhor Presidente;
- = Nomeação do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência Despacho n.º 69/2017, de 25 de outubro em curso, do Senhor Presidente;
- = Nomeação do Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência Despacho n.º 70/2017, de 25 de outubro em curso, do Senhor Presidente;
- = Nomeação de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação Despacho n.º 71/2017, de 25 de outubro em curso, do Senhor Presidente;
- = Delegação de Competências no Presidente da Câmara Ao abrigo do n.º 1 do artigo 34. º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro Proposta n.º 9/2017, de 25 de outubro em curso, do Senhor Presidente;
- = Distribuição de funções pelos membros da Câmara Ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro Despacho n.º 72/2017, de 25 de outubro em curso, do Senhor Presidente;
- = Empréstimo de curto prazo (Tesouraria) Ano económico de 2018 Abertura de propostas;
- = Auditoria ao Município de Ourém Carta, datada de 12 de setembro findo, da LCA Leal, Carreira & Associados, SROC:
- = Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. Situação económica e financeira semestral Carta, datada de 19 de setembro findo, da LCA Leal, Carreira & Associados, SROC.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= Movimentação de contas bancárias do Município – Informação n.º 82/17, datada de 24 de outubro em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);



- = Seguros de acidentes pessoais:
 - 1. Membros do órgão executivo Informação n.º 85/17, de 25 de outubro corrente, do Chefe da DGF;
 - 2. Membros do órgão deliberativo Informação n.º 86/17, de 25 de outubro corrente, do Chefe da DGF.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Ampliação da Escola EB1 de Coya da Iria Libertação de garantia bancária Informação n.º 234/17, de 26 do mês findo, do Chefe da Divisão de Obras Municipais (DOM);
- = P114/2017 Reabilitação da rede viária do Concelho Estrada de Nossa Senhora da Ortiga - Freguesia de Fátima - Informação n.º 615/17, de 17 do corrente mês, do Chefe da DOM.

5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Pedido de Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal:
 - 1. Requerimento registado sob n.º 21.292/2017, da firma Filstone Comércio de Rochas, S.A., instruído com a informação n.º 632/17, de 26 de setembro findo, da Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
 - 2. Requerimento registado sob n.º 23.803/2017, da firma Filstone Comércio de Rochas, S.A., instruído com a informação n.º 619/17, de 26 de setembro findo, da DAS;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos) Informação n.º 589/17, datada de 11 de setembro findo, da DAS;
 - 2. Devolução de verba, por motivo de rotura:

•

- Informação n.º 597/17, de 14 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 598/17, de 14 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 606/17, de 19 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 607/17, de 19 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 608/17, de 19 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 609/17, de 19 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 610/17, de 19 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 611/17, de 19 de setembro findo, da DAS; Informação n.º 612/17, de 19 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 614/17, de 20 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 615/17, de 20 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 616/17, de 20 de setembro findo, da DAS; •
- Informação n.º 621/17, de 25 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 622/17, de 25 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 627/17, de 26 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 628/17, de 26 de setembro findo, da DAS;
- Informação n.º 634/17, de 27 de setembro findo, da DAS;
- 3. Anulação de contrato Informação n.º 633/17, de 26 do mês findo, da DAS;
- = Pedido de autorização de descarga de águas residuais em ETAR Requerimento registado sob o n.º 7287/2017, da firma Microlime – Produtos de Cal e Derivados, S.A.;



6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamento de trabalhos de remodelação de terrenos IC9 (Itinerário Complementar 9)
- Processo registado sob o n.º 1865/2017, da firma Somague Engenharia, S.A., instruído com a informação n.º 80/2017/DGU/cm0813, de 14 de setembro findo, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
- = Licenciamento de obra particular Requerimento registado sob o n.º 1704/2017, de Celeste dos Santos Ferreira (Processo n.º 412/2004), instruído com a informação n.º 86/2017/DGU/cm0813, da DGU;
- = Pedidos de destaque:
 - 1. Processo registado sob o n.º 109/2017, de Fernando Manuel Ferreira de Bastos e Maria da Glória Gonçalves de Freitas Bastos, instruído com a informação n.º 178/2017/DGU/cm9026, de 24 de agosto último, da DGU;
 - 2. Processo registado sob o n.º 134/2017, de Manuel Fernandes Gonçalves, instruído com a informação n.º 182/2017/DGU/cm9026, de 24 de agosto último, da DGU.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Clube Aprender e Brincar Normas de utilização Ano letivo 2017/2018 Informação n.º 285/17, de 01 de setembro findo, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Atividades de Enriquecimento Curricular 1.º Ciclo do Ensino Básico 2017/2018:
 - 1. Propostas de protocolos Informação n.º 291/17, de 11 do mês findo, da DEAS;
 - 2. Plano de pagamento Informação n.º 304/17, datada de 03 de outubro em curso, da DEAS;
- = Atribuição de tarifa social:
 - 1. Informação n.º 258/17, de 04 de agosto transato, da Chefe da DEAS, sobre o pedido de Zélia Maria Oliveira Reis Neves;
 - 2. Informação n.º 300/17, de 18 do mês findo, sobre pedido de Rui de Sousa Pereira;
- = Tarifário de venda de água Atribuição de tarifa social:
 - 1. Utilizadores domésticos:
 - Informação n.º 309/17, de 04 de outubro corrente, da Chefe da DEAS;
 - Informação n.º 310/17, de 04 de outubro em curso, da Chefe da DEAS;
 - Informação n.º 311/17, de 04 de outubro em curso, da Chefe da DEAS;
 - 2. Utilizadores não domésticos informação n.º 313/17, de 10 de outubro em curso, da Chefe da DEAS;
- = Ação Social Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico Comparticipação no custo de refeições e atribuição de subsídio escolar:
 - 1. Informação n.º 324/17, de 16 de outubro em curso, da Chefe da DEAS;
 - 2. Informação n.º 325/17, de 16 de outubro em curso, da Chefe da DEAS;
 - 3. Informação n.º 326/17, de 16 do corrente mês, da Chefe da DEAS.

8. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Acidentes de viação Pedidos de indemnização:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 33.477/2016, de Maria Irene Vieira Tomaz Ferreira, sobre acidente ocorrido na Estrada da Batalha Freguesia de Fátima, no dia 30/11/2016;



- 2. Requerimento registado sob o n.º 26.997/2016, de Ana Sofia Gonçalves Pereira dos Reis, sobre acidente ocorrido em Quinta do Feto Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, no dia 23/08/2017;
- = Execução de obras por administração direta Ocupação de terreno na Travessa da Fonte Velha Nossa Senhora da Piedade Ourém Informação n.º 19/17, datada de 12 de junho último, do Dirigente da SOFC.

9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

- = Atividade de guarda-noturno Informação n.º 147/17, de 14 do mês findo, da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos não Urbanísticos;
- = Pedidos de licença para instalação de circo:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 28.823/2017, de Israel Modesto Correia;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 28.926/2017, de Israel Modesto Correia.

Câmara Municipal de Ourém, 25 de outubro de 2017

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque